

O que é o *Big Typescript*?

Mauro L. Engelmann
UFMG

resumo Neste artigo começo por argumentar que devemos ver o *Big Typescript* como algo muito diferente de um livro planejado para a publicação. Ele deve ser tomado meramente como uma coleção de observações, que expressam a concepção de Wittgenstein de “gramática” por volta de 1932-33, quando as observações foram reunidas. Em seguida, explico a concepção substancial de “gramática” do BT. Espero tornar claro, nesta segunda parte, que o BT e o *Tractatus Logico-Philosophicus* são próximos no sentido de que partilham a idéia de que a linguagem tem uma estrutura que opera de acordo com regras fixas de sentido (um cálculo).

palavras-chave Big Typescript; Wittgenstein; cálculo; gramática; *Tractatus Logico-Philosophicus*

Introdução

Este artigo tem duas partes. Na primeira parte, argumento que devemos ver o *Big Typescript* (daqui em diante BT) como algo muito distante de um livro planejado para a publicação. Ele deve ser tomado meramente como uma coleção de observações, que expressam a concepção de Wittgenstein de “gramática”¹ por volta de 1932-33, quando as observações foram reunidas. Na segunda parte, explico a concepção substancial de “gramática” do BT. Na seção 2.1, mostro que Wittgenstein pensa a “gramática” no BT como um cálculo de regras fixas, que prescrevem o que é e o que não é permitido na linguagem (os “limites do sentido”).

Recebido em ?. Aceito em ?.

Tradução: Guilherme Ghizoni.

dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 2, n. 2, p.XX-XX, outubro, 2005

Na seção 2.2, explico as operações básicas do cálculo e esclareço como se pode dizer que ele seja autônomo com relação à realidade e aos processos mentais². Espero tornar claro na segunda parte deste artigo que o BT e o *Tractatus Logico-Philosophicus* (daqui em diante *Tractatus*) partilham a idéia de que a linguagem tem uma estrutura que opera de acordo com regras fixas de sentido (um cálculo). A natureza completamente *a priori* do cálculo, defendida no *Tractatus*, é, todavia, abandonada no BT. O BT pode ser visto, então, como uma reformulação da filosofia do *Tractatus*. Também lançarei a sugestão (mas não argumentarei em seu favor) de que o sistema filosófico do BT difere da filosofia das *Investigações Filosóficas* (daqui em diante IF).

1. Um livro?

O trabalho prévio mais relevante utilizado na composição do BT é o datiloscrito (TS) 212, finalizado em 1932-3, de acordo como o catálogo de Von Wright (VON WRIGHT 1980, p. 47). O TS 212 é uma longa coleção de observações que foram originalmente escritas nos manuscritos 105-114, todos redigidos entre 1929 e junho de 1932. Partes desses manuscritos foram datilografadas nos TS 209-211, antes de serem recortadas e ordenadas no TS 212. O TS 213 (o BT) é muito próximo do TS 212. Wittgenstein adicionou observações no BT (todas escritas entre junho de 1932 e o fim de 1933), mas os acréscimos não são muitos.

Há duas cópias do BT: uma delas é uma cópia “limpa” e a outra possui comentários escritos à mão por Wittgenstein, nas bordas das páginas do texto e no verso das folhas. Esta versão do BT tem também *várias* observações riscadas. O texto limpo é publicado no *Wiener Ausgabe* (editado por Michael Nedo) e a cópia com suas observações escritas à mão foi publicada pela Blackwell, em uma edição crítica Inglês- Alemão (os tradutores e editores são C. Grant Luckhardt e Maximilian A. E. Aue)³.

Na seqüência deste texto, primeiro, apresento razões que foram avançadas para considerar o BT como algo próximo de um livro acabado e, segundo, mostro porque não são boas razões. Esclareço que o BT é uma coleção de observações mais ou menos organizadas por Wittgenstein, para uso futuro, e não um livro acabado⁴.

O BT parece ser um livro em razão das suas divisões e subdivisões. Elas são encabeçadas por descrições do conteúdo principal das observações que as seguem. Wittgenstein também numerou as páginas do tiposcrito. Pode-se olhar as diferentes divisões do datiloscrito e pensar que Wittgenstein as concebeu como capítulos de um livro convencional. Isso parece também ser sugerido por algumas observações de Wittgenstein na introdução das IF. Lá ele diz que sua intenção era apresentar suas idéias em um livro cuja forma ele “imaginou diferentemente em tempos diferentes” (IF, ix). Ele também diz que o que de melhor poderia escrever “não seria nada além de observações filosóficas”, pois seus pensamentos “logo se paralisavam” se ele “tentasse forçá-los em uma direção só, contra a inclinação natural deles” (IF, ix). Baseado nessas observações, pode-se pensar que Wittgenstein foi incapaz de escrever um livro tradicional, dividido em capítulos, e que o BT foi a última tentativa mal sucedida de fazer isso por parte de Wittgenstein⁵.

Ao pensar desse modo, não é difícil ver as divisões do BT como capítulos planejados e os títulos como seções de um livro. Pode-se dar, então, um passo adicional e ver o datiloscrito como um “texto altamente burlado” e pensar que foi “evidentemente planejado para a publicação como um livro” (BAKER & HACKER, 1986, p.323).

A aparência de que o BT seja um livro é, no entanto, enganadora. Primeiramente, o próprio BT não consiste em nada além de observações filosóficas. Então, a alegação de Wittgenstein de que o que de melhor poderia escrever “não seria nada além de observações filosóficas” aplica-se também ao BT. Em segundo lugar, as divisões do datiloscrito não são realmente capítulos e os cabeçalhos não são seções de um “livro convencional”, mas apenas indicações de tópicos gerais, que facilitam a organização de uma compilação das observações. O mesmo se aplica à numeração. Certamente, Wittgenstein planejava escrever um livro no futuro (depois de reunir suas observações); entretanto, não penso que os elementos organizacionais do BT permitam inferir que, primeiro, o resultado do trabalho em observações do BT pudesse ser um “livro convencional” (HILMY, 1987, p.25), ou que isso era “evidentemente planejado para a publicação como um livro” (BAKER & HACKER, 1986, p.323). Darei sete razões para isso.

Primeiro, é interessante observar que o BT não tinha um título. No MS 110, p.254 (de 1931), uma observação entre parênteses diz: “meu livro poderia também ser chamado: Gramática Filosófica”. Wittgenstein também nomeou o MS 113 e o MS 114, de 1932, “Gramática Filosófica”. Entretanto, esse título não é o título do BT; é o título da primeira revisão do BT, MS 114. É bastante estranho que Wittgenstein não tenha dado nome ao BT, mas tenha nomeado suas “revisões”, se o BT foi planejado como algo mais que uma coleção de observações para uso futuro. É mais razoável, creio eu, tomar as “revisões”, quando consideradas em conjunto (publicadas como *Gramática Filosófica* por Rush Rhees), como a primeira versão experimental do livro planejado. *Pode-se* até pensar que o objetivo de Wittgenstein tenha sido não escrever o livro ele mesmo, mas usar essas observações do BT como matéria prima a ser utilizada no livro do qual seria *co-autor* com *Waismann*⁶. O *segundo* projeto com Waismann começou em 1932, provavelmente, ao mesmo tempo em que Wittgenstein começou a reunir as observações no TS 211 e 212, e terminou no final de 1934⁷. Então, é possível que o BT tenha sido especialmente planejado para ser usado no projeto com Waismann. Não há evidência contra ou a favor disso, que eu saiba⁸.

Segundo, um claro sinal de trabalho inacabado (e não de um “texto altamente burilado”) são os erros e os descuidos quanto à gramática. Descuidos quanto à gramática são comuns no BT e indicam que o datiloscrito necessitaria de *muitas* correções. Outros tipos de erros também ocorrem freqüentemente. O erro mais claro é uma sentença inacabada em BT 591: “escrevo ‘e outras tautologias’ e não ‘e assim por diante ad inf’. Visto que eu ainda não”. A parte que falta desta sentença pode ser encontrada em MS 113, p.67r (WA, p.132; de 29 de abril de 1932): “... visto que eu ainda não necessito trabalhar com aquele conceito”⁹. É bastante significativo que tal erro claro não tenha sido corrigido, se Wittgenstein tivesse realmente grandes planos para o datiloscrito¹⁰. (Deve-se ter em mente aqui que as revisões de Wittgenstein do BT não são revisões que visam polir o texto. Elas são revisões de conteúdo).

Na mesma página (BT 591), Wittgenstein escreve “... é obvio que em um cálculo como t não temos que lembrar várias regras como em $17+28...$ ”. Não há indicação alguma sobre o que “ t ” significa. O único modo de entender essa passagem é retornando ao TS 212 e TS 211. Lá

fica evidente que há todo um parágrafo faltando no BT. O parágrafo que falta já havia sido riscado no TS 212. Evidentemente, não se deixa fora um parágrafo inteiro em um texto acabado.

Terceiro, na cópia com as observações e os comentários à margem, há varias passagens riscadas do BT (aproximadamente metade das observações), indicando que essas passagens não deveriam ser utilizadas. É significativo que Wittgenstein tenha começado a revisar o datiloscrito logo após ter terminado de ditá-lo, o que indica, novamente, que pouco esforço tinha sido feito para concluir o projeto no formato de um livro. A maior preocupação de Wittgenstein ao compilar suas observações parece ter sido a de diminuir o número de observações nas quais ele precisava se deter, pois havia escrito milhares de páginas em manuscritos e datiloscritos entre 1929 e 1933.

Quarto, o caráter de uma compilação provisória de pensamentos para facilitar o trabalho futuro pode ser visto na quantidade de trabalho gasto em cada subdivisão. Em algumas subdivisões (por exemplo, em “*Ter dor*” e em “*Cores e Mistura de Cores*”) as observações aparecem no BT exatamente na mesma ordem em que elas aparecem nos manuscritos dos quais se originam¹¹. Isso certamente sugere que Wittgenstein simplesmente ditou a partir dos manuscritos para reunir observações que estavam espalhadas através dos manuscritos e não trabalhou muito na sua edição. Outras subdivisões têm apenas algumas observações e parecem necessitar de complementação (ver BT 528, por exemplo).

Quinto, há várias observações datilografadas na versão limpa do BT que mostram o caráter provisório do datiloscrito. Nessas observações, Wittgenstein expressa falta de certeza ou diz a si mesmo que suas observações não estão corretas e que necessitam de melhorias. É muito provável que ele as tenha feito para indicar revisões futuras. Por exemplo, no BT 499, Wittgenstein abre um parêntese para fazer o seguinte comentário: “((eu vejo obscuramente uma conexão entre o problema do solipsismo ou idealismo e o sistema notacional de uma proposição.))”¹². Em BT 116, Wittgenstein simplesmente indica que o tópico deve ser discutido: “Discutir: a diferença entre a lógica do conteúdo e a lógica da forma proposicional em geral...”. Então, o caráter inacabado do datiloscrito pode ser visto, mesmo *sem* as correções feitas no BT depois do término do ditado. Isso sugere fortemente que Wittgenstein não o tenha tomado como um livro.

Sexto, há claramente no BT observações que são incongruentes. Por exemplo esta observação (BT 539)):

Acima eu disse “o cálculo não é um conceito matemático”; em outras palavras, a palavra “cálculo” não é uma *peça de xadrez* na matemática. Ela não precisa ocorrer na matemática. – Entretanto, se for usada em um cálculo, isso não torna o cálculo um metacálculo; neste caso a *palavra* “cálculo” é ela mesma apenas uma peça de xadrez, como todas as outras.

Wittgenstein levanta a seguinte questão “pode-se dizer: ‘cálculo’ não é um conceito matemático?” 242 páginas antes, na página 297. Todavia, é muito pouco provável que Wittgenstein tivesse em mente o que ele disse nessa página com “acima”, especialmente porque a observação na página 297 não diz respeito à meta-matemática. Se olharmos o contexto original da observação, MS111 p.74 e p. 77, isso faz sentido. Lá, “acima” refere-se a uma observação que é bastante próxima e, sem dúvida, encaixa-se muito bem no contexto.

Uma incongruência ainda mais grave pode ser vista no BT 266. Lá Wittgenstein diz:

Efetivamente, Russell já mostrou em sua “teoria das descrições” que não se pode obter conhecimento de coisas de modo sub-reptício... Mas com a idéia de “conhecimento indireto” ele *obscureceu* tudo novamente. Apenas *uma coisa* flui da mesma fonte.

Qual proposição se segue disso [*aus ihm*] e de qual proposição isso [*er*] se segue, constitui o seu [*seinem*] sentido. Essa é a razão pela qual a questão sobre a sua verificação é também uma questão acerca do seu sentido. [Minha ênfase nesse parágrafo]

Os *três* parágrafos são simplesmente desconexos. Em uma observação escrita à mão, referindo-se à enigmática sentença “apenas *uma coisa* flui da mesma fonte”, Wittgenstein escreve “pertence a um contexto maior, provavelmente a matemática”. Isto indica que, em algum momento, Wittgenstein pensou que poderia usar a afirmação em um contexto diferente, mas está longe de ser claro como ele poderia usá-la no contexto acima.

Há um outro grande problema acerca das passagens acima citadas. Não está claro a que o “isso” do último parágrafo citado se refere. De

fato, o “isso” não pode se referir a nada que o precede, pois as sentenças que aparecem antes do último parágrafo citado não possuem relação alguma com o que é afirmado. Ambos os parágrafos citados acima obviamente não possuem conexão entre si e o “isso” não possui referência. Podemos, certamente, *tentar adivinhar* que isso se refere à proposição, ou ao significado, ou ao sentido de uma proposição etc.. Ao inspecionar o alemão, podemos excluir algumas possibilidades, visto que o pronome em alemão indica um “masculino” (“*aus ihm*”, “*er*”, “*seinen*”). Mas, ainda assim, não é nem um pouco claro a que o “isso” se refere. A única maneira de decidir a questão é olhando o contexto original, do segundo parágrafo citado acima no MS 113, p.42r.

Qual papel é desempenhado pela sentença, este é o seu sentido.

O sentido não fica *por trás* dela [*hinter ihm*] (como o processo psicológico [*fica por trás*] das representações).

No contexto original, podemos ver que o “*ihm*” se refere à “sentença”. O contexto é preservado no TS 211, mas de alguma forma é perdido quando Wittgenstein corta partes do TS 211 e compõe TS 212. No TS 212, somente a sentença “apenas *uma coisa* flui da mesma fonte” precede a observação que estamos discutindo aqui.

Sétimo, as divisões e subdivisões do BT indicam que ele estava longe de ser um livro acabado; elas indicam, pelo contrário, um caráter claramente provisório. O exemplo mais claro desse caráter são as divisões (“capítulos”) intituladas “*Expectativa. Desejo. Etc.*” (BT 353), “*Idealismo, etc.*” (486) e subdivisões (“seções”) como “*Afirmção, Pergunta, Suposição, etc.*” (BT 206), “*Diga-me o que você faz com uma proposição, como você a verifica, etc., e irei entendê-la*”, “*Cor, experiência, etc., como conceitos formais*” (528), “*Trisseção de um ângulo, etc.*” (650). O uso do “etc.” no meio do título provavelmente indica que não está claro o que mais seria incluído nessas partes do datiloscrito e que há espaço para a inclusão de diferentes tópicos aparentados, na compilação das observações. É muito pouco provável que uma pessoa escrevesse um livro em que “Etc.” aparecesse no título de vários capítulos. Entretanto, essa estratégia seria bastante útil para alguém que estivesse tentando reunir e organizar observações para uso futuro¹³.

Todos esses pontos apresentados acima sugerem fortemente que o datiloscrito é uma seleção de materiais, que visa ser usada no futuro, e nada que se aproxime de um livro. Esse uso futuro está vinculado ao plano da publicação de um livro, mas o BT não é esse livro. A importância desse material está precisamente no fato de Wittgenstein pensar que isso seria útil no futuro e no fato de que isso representa o que Wittgenstein em 1932-33 viu como suas melhores observações, desde seu retorno a Cambridge. Essas observações são a melhor expressão de uma concepção substancial de “gramática”¹⁴. Passo agora a essa concepção.

2. Uma Concepção Substancial de “Gramática”

2.1 As Regras Fixas da “Gramática” e os Limites do Sentido

Cada sentença, de acordo com o BT, deve pertencer a um sistema de sinais: “Uma sentença é um sinal dentro de um sistema de sinais. É uma combinação de sinais dentre muitas possíveis, em contraste com outras combinações possíveis” (BT 93). Palavras devem pertencer a um sistema, “pois palavras são de igual valor se elas não estão situadas em um sistema gramatical” (BT 199), por exemplo, sem o sistema elas são meros sinais em um papel. O “sistema” que Wittgenstein tem em mente é o sistema de regras fixas da “gramática” (“regras gramaticais”)¹⁵. Essas regras são os pontos fixos da linguagem, que não são ambíguos e, desse modo, decidem todas as disputas:

As únicas coisas que são exatas e não ambíguas e indisputáveis são as regras gramaticais, que, ao fim, devem mostrar o que se quer dizer.
[BT 374].

Essa idéia mais ou menos sublime de regra subjaz a concepção wittgensteiniana da gramática como um “cálculo”. Ele afirma:

Eu vejo a linguagem e a gramática do ponto de vista do cálculo// na forma de um cálculo// *como* um cálculo, i.é., como operando de acordo com regras fixas // como um *processo* que segue regras fixas
[BT 258; ênfases e todas as variações no original]¹⁶

Desse modo, ver a linguagem como um “cálculo” significa tomar a linguagem como operando com “regras fixas”. Essas regras, no BT, devem nos dizer “o que conta como proposição” (BT 76), i.é., quais combinações de palavras dizem algo e quais são sem sentido: “regras gramaticais determinam o sentido de uma proposição; e se uma combinação de palavras faz sentido” (BT, 79). O mesmo ponto está ainda mais explícito em suas aulas do verão (MUDAR: “do trimestre da Quaresma” ou “Inverno”) de 1931:

A gramática (regras e vocabulário) é a descrição da linguagem, e consiste em dar regras para a combinação dos símbolos, i.é., quais combinações fazem sentido e quais não, quais são permitidas e quais não são permitidas [*Wittgenstein's Lectures Cambridge 1930-32* (daqui em diante WCL30-32), p. 46-7]¹⁷

Os “limites do sentido” são dados pelas regras gramaticais que descrevem a estrutura da linguagem e o que isto permite (suas possibilidades): “pode-se dizer que as regras gramaticais descrevem a estrutura da linguagem, descrevem as suas possibilidades” (BT 195, comentário à margem). A determinação dessa estrutura inclui todas as condições de sentido:

A única coisa que não pertence à gramática é o que constitui a verdade e a falsidade de *uma proposição*. Isso é a única coisa com a qual a gramática não está preocupada. Todas as condições de comparação da sentença com a realidade/ com os fatos pertencem a ela. Ou seja, todas as condições de entendimento. (Todas as condições de sentido)” [BT 43; variações no original].

Wittgenstein no BT sugere, então, que, por um lado, algumas coisas constituem verdade e falsidade (ou correção e incorreção); por outro lado, há condições que necessitam ser satisfeitas para sentenças serem comparadas com a realidade e serem julgadas verdadeiras ou falsas (corretas ou incorretas). Além disso, essas condições que permitem a comparação são as condições de entendimento; por exemplo, se compreendemos uma sentença, ela faz sentido e poderemos ser capazes de decidir se ela é verdadeira ou falsa. As “condições de entendimento” são dadas pelas regras que constituem o sentido, i.é., as regras da “gramática” que determinam o sentido das sentenças (voltaremos ao “entendimento” na seção

2.2). Assim, “gramática” expressa as condições estruturais que devem ser satisfeitas para a sentença fazer sentido¹⁸.

A idéia de limitar sentido e contra-senso, já presente no *Tractatus*, é então ainda muito importante para Wittgenstein no BT¹⁹. Não é à lógica e à forma geral da proposição que Wittgenstein apela para limitar o que faz sentido dizer (como no *Tractatus*), mas à “gramática” e suas regras. As regras veri-funcionais da linguagem, suas regras tautológicas, são insuficientes para realizar essa tarefa, visto que, como Wittgenstein passa a pensar depois de 1929, nem todas as regras de inferência na linguagem são veri-funcionais. Mas tanto as regras da “gramática” quanto a forma geral da proposição no *Tractatus* têm o mesmo objetivo básico de determinar o que conta como uma proposição com sentido:

O que é uma proposição é determinado pela gramática. Ou seja, dentro da gramática. (Isso é também o que minha “forma geral da proposição” almejava) [BT 77].

Na seção 2.2, retornarei à idéia de que é *dentro* da “gramática” que a natureza da proposição é determinada. É notável que no BT a filosofia de Wittgenstein esteja ainda próxima da do *Tractatus*, no que diz respeito à idéia de encontrar os limites da linguagem e do sentido. É também notável que as regras da “gramática” no BT partilhem a característica de “dizer nada” com as regras tautológicas da linguagem do *Tractatus*: “quando se adiciona a regra à proposição, o sentido da proposição não muda” (BT 241). Nessa passagem, Wittgenstein tem em mente a regra “1m = o comprimento do metro padrão em Paris” (BT 241). Então, como no caso das tautologias no *Tractatus*, “podemos imaginar a regra ligada a toda e qualquer proposição” (BT 241)²⁰. A “descrição” das regras da “gramática” não é, então, propriamente uma descrição, mas antes uma apresentação das regras do cálculo que possuem o status de regras de um jogo (ver BT 245).

A diferença mais significativa entre o cálculo no *Tractatus* e a sua nova versão no BT é que na anterior Wittgenstein adotava uma versão forte da idéia de natureza das regras da linguagem. No *Tractatus*, todas as regras relevantes que constituem a estrutura da linguagem (a estrutura que expressa todas as relações lógicas) são redutíveis às regras veri-funcionais lógicas e essas regras são anteriores a qualquer experiência. Por volta de 1929-30, logo após retornar à filosofia, Wittgenstein constata que essa

versão da idéia de linguagem como um sistema de regras fixas, como cálculo, é incorreta. Entretanto, a idéia da linguagem como um sistema de regras fixas (um cálculo) sobrevive, e foi reformulada no BT na forma de uma “gramática” a ser descoberta nos cálculos *efetivos* (ver BT 65-7), na linguagem *existente*: “a filosofia trata de linguagens existentes e não deve pretender que trata de uma linguagem abstrata” (BT 72).

A conseqüência da nova visão é que todas as regras da linguagem, e não apenas algumas, são compreendidas como convenções arbitrárias. No *Tractatus*, Wittgenstein pensava que algumas regras eram arbitrárias, vale dizer, as regras que conectam o sinal e o significado (o objeto), e que outras regras, as regras *a priori* da lógica, não são arbitrárias. As regras *a priori* da lógica são dadas, de acordo com o *Tractatus*, em um “protótipo lógico”, que expressa a essência (5.471), ou a “natureza da proposição”:

Se transformamos um constituinte de uma proposição em uma variável, há uma classe de proposições que são todos os valores da proposição variável resultante. Em geral, essa classe também será dependente do sentido que nossas convenções arbitrárias tenham dado às partes da proposição original. Mas se todos os seus sinais, que têm significado *arbitrariamente determinado*, forem transformadas em variável, ainda assim teríamos uma classe deste tipo. Esta, porém, não depende mais de qualquer *convenção*, mas *apenas da natureza da proposição*. Ela corresponde a uma forma lógica – a um protótipo lógico de figuração.
[3.15; ênfases minhas]

O “protótipo lógico”, de acordo com o *Tractatus* é explicitado por meio da única variável ou do “único sinal primitivo geral da lógica” (5.472), vale dizer, a forma geral da proposição. Esse sinal primitivo, uma variável (4.53), é dada na “própria natureza” das proposições: “pode-se dizer: a única constante lógica é o que *todas* as proposições, por sua própria natureza, têm em comum” (5.47). Uma regra que não seja dada na “própria natureza” da proposição, e que no entanto determina a comparação da proposição com a realidade, é uma convenção arbitrária ou, como Wittgenstein também diz no *Tractatus*, “uma determinação arbitrária” (5.473). Convenções arbitrárias devem apresentar as regras que dão o conteúdo último de todas as proposições (em oposição à forma dada pelas regras veri-funcionais, extraídas da única variável lógica). Essas

convenções, “convenções tácitas”, Wittgenstein pensou no período do *Tractatus*, “são enormemente complicadas” (4.002).

A análise que Wittgenstein iniciou em 1929 (e que foi abandonada no mesmo ano) não podia oferecer essas convenções complicadas que conectam linguagem e realidade, e, o que é mais importante, não podia mostrar que todas as relações lógicas têm um caráter veri-funcional²¹. Em razão de as regras veri-funcionais da lógica serem insuficientes para tratar todas as relações lógicas, a idéia do caráter absolutamente *a priori* da lógica e a própria idéia de uma estrutura da linguagem dada independentemente de qualquer experiência é abandonada. Se não é o caso que *todas* as relações lógicas podem ser expressas de modo veri-funcional, então não há uma estrutura lógica puramente *a priori* e não há mais um critério para traçar essa distinção. O *Tractatus* estava errado, de acordo com Wittgenstein no BT, por assumir que “a linguagem parece essencialmente [palavra riscada] ser algo ao qual é dada uma estrutura e então sobreposta à realidade” (BT 54; citação completa no próximo parágrafo). A estrutura *a priori* da linguagem do *Tractatus* (sua “linguagem abstrata” (BT 72)) não se encaixa na linguagem real. A estrutura real da linguagem, Wittgenstein pensa no BT, deve ser, então, extraída da linguagem efetivamente existente.

O ponto fundamental acerca dos tipos de regras e convenções no BT é que em um sentido as regras da linguagem estão todas no mesmo nível, vale dizer, no nível das estipulações arbitrárias na linguagem existente. Isso porque a idéia de uma estrutura *a priori* da linguagem é abandonada, mas também porque a “conexão entre linguagem e realidade” (BT 560), ou seja, as regras que supostamente conectam realidade e linguagem são regras cuja função é, como qualquer outra regra, estender a linguagem (BT 560: “‘a conexão da linguagem e realidade’ meramente estende a linguagem; ela não a força a nada”)²². As regras da linguagem estão no mesmo nível porque todas elas são parte de um mesmo sistema de regras e são todas dependentes do sistema (é claro que isso não quer dizer que não tenhamos algumas regras “gramaticais” que sejam mais gerais que outras – ver BT 113-5). A relação de apontar para um objeto, ou colocar uma etiqueta nele, diz Wittgenstein, “é apenas significativa em razão do sistema ao qual pertence” (BT 290) – o mesmo se aplica, por exemplo, às formulas algébricas (BT 662)²³. Se tal relação não fosse parte de um sistema, ninguém a entenderia. É apenas no interior de um sistema

“gramatical” (“dentro da gramática”, BT 43) que definições ou explicações de qualquer tipo podem funcionar como tais. Certamente, definições verbais e definições ostensivas (ou explicações ostensivas) são diferentes (elas são usadas diferentemente na linguagem efetiva – BT 56), mas não há uma diferença essencial ou de princípio entre elas. É um equívoco, de acordo com o BT, pensar que há:

Regras da gramática que estabelecem uma “conexão entre linguagem e realidade”, e aquelas que não. Por exemplo, “eu chamo está cor ‘vermelha’” é um exemplo do primeiro tipo. – “ $\sim p = p$ ” do segundo. Mas há um equívoco acerca dessa diferença: a diferença parece ser uma de princípio; e a linguagem parece ser algo ao qual é dada uma estrutura e então sobreposta à realidade. [BT54].

O ponto de Wittgenstein é que “ao dar uma definição ostensiva dos sinais não se deixa a gramática” (BT 43), pois elas, assim como todas as regras da linguagem, “pertencem ao estoque básico de explicações que preparam o cálculo” (BT 45). Como parte do “estoque básico”, elas são simplesmente regras e não são em princípio diferentes de qualquer outra regra da linguagem.

Pode-se, então, resumir o ponto de vista de Wittgenstein acerca da “gramática” e suas regras no BT da seguinte maneira: as regras da linguagem são compreendidas como um cálculo, no qual se determina o que faz sentido dizer e o que se pode, assim, afirmar que se compreende. As regras do cálculo incluem as definições (ou explicações) ostensivas. Regras “gramaticais” devem ser descobertas no cálculo efetivo da linguagem existente.

2.2 O Cálculo em Funcionamento

Mas como funciona o cálculo? A concepção de cálculo de Wittgenstein no BT é baseada na idéia fundamental de que “tudo é levado a cabo [*ausgetragen*] na linguagem” (BT 383; e também aparece como observação escrita nas pp. 379 e 388). Isso quer dizer que tudo que é gramaticalmente relevante (relevante para determinar o que faz sentido na linguagem) opera como um cálculo autônomo. O cálculo é autônomo de duas maneiras: a conexão entre o cálculo e o mundo e a explicação

dos conceitos mentais (a conexão da linguagem com “o mental”) é levada a cabo dentro da linguagem, i.é., dentro da gramática²⁴.

A conexão entre pensamento e mundo é apenas um passo no interior do cálculo da linguagem. “O pensamento”, diz Wittgenstein, “é essencialmente o que é expresso por uma sentença (*Satz*)” (BT 222). Wittgenstein exemplifica a conexão entre o pensamento e o mundo por meio de vários tipos de sentenças, ou seja, vários tipos de expressões do pensamento: descrições, sentenças que expressam expectativa (também expressões de desejo, crença etc.) e comandos. Em todos os tipos de sentenças, a relação com a realidade “é ainda um passo dentro do cálculo” (BT 216). Explicarei esse ponto através de sentenças descritivas e expressões de expectativas.

Se compararmos uma proposição com a realidade, por exemplo, podemos descrever a realidade e checar a descrição com a primeira proposição:

Se quero testar a realidade para ver se ela concorda com a proposição, então posso também fazer isso descrevendo-a e vendo se resulta a mesma proposição. Ou: posso – de acordo com regras gramaticais – traduzir a realidade na linguagem da proposição e então *levar a cabo a comparação* dentro do domínio da linguagem. [BT 204].

Não se deixa o cálculo quando se checa se a proposição é verdadeira. Simplesmente, tem-se duas proposições dentro do domínio da linguagem, quando se quer estabelecer o acordo entre proposição e realidade, pois pode-se descrever a realidade primeiro e então comparar a descrição com a proposição. Isso pode ser feito pois a realidade é traduzível, i.é., ela já é articulada pelas regras da “gramática” quando fazemos a comparação. Nós começamos com um sistema articulado de regras e nunca realmente saímos dele. Nós começamos com um sistema completo de regras e não, por exemplo, com explicações ostensivas (ou definições ostensivas).

A comparação entre uma expressão de expectativa e o seu preenchimento também tem lugar dentro da “gramática”. Para ver se uma expectativa foi preenchida, não se deixa o cálculo: “expectativa e evento fazem contato *na linguagem*” (BT 371). Suponhamos que eu espere alguém chamado “Pedro” chegar. O que caracteriza “eu espero que ele venha”?

Wittgenstein argumenta:

Certamente eu poderia andar para lá e para cá sem esperar que ele venha, assim como olhar para meu relógio etc.; então isso não é o que caracteriza a expectativa de que ele venha. O que *realmente* a caracteriza é dado apenas por essas mesmas palavras. E “ele” quer dizer a mesma coisa que na afirmação “ele está vindo”, e “está vindo” quer dizer a mesma coisa que nessa afirmação, e sua combinação não quer dizer nada de diferente. Ou seja: uma explicação ostensiva da palavra “ele” é boa para ambas as proposições. [BT 373].

O fenômeno “andar para lá e para cá” certamente não caracteriza suficientemente a expectativa, pois se pode andar para lá e para cá por outras razões. Isso não quer dizer, entretanto, que temos que apelar a algo “dentro da mente” para caracterizar a expectativa (retornarei a esse ponto mais adiante). O que caracteriza a relação da expectativa e o seu preenchimento é que a mesma explicação ostensiva pode ser usada para ambos, para a expectativa e para a descrição do seu preenchimento. Se digo antes de Pedro chegar “eu espero que ele venha” e depois de ele chegar “ele veio”, o pronome em ambas as sentenças refere-se a *uma* explicação ostensiva, que é uma regra dentro da linguagem (como vimos acima).

A derivação do preenchimento de uma expectativa funciona, argumenta Wittgenstein, como a derivação de um novo passo no cálculo:

É um passo no cálculo que leva da expectativa ao preenchimento.

De fato, o cálculo 25×25

50

$125 \text{ — } \underline{\hspace{1cm}}$ mantém com o resultado 625 exatamente a relação que a expectativa mantém com o preenchimento. E na medida – e somente nessa medida – em que este cálculo é uma imagem do resultado, a expectativa também é uma imagem do preenchimento. E na medida em que o resultado é determinado pelo cálculo, nessa medida o preenchimento é determinado pela expectativa. [BT 376].

Em ambos os casos, na derivação matemática e na derivação do preenchimento da expectativa, temos a derivação de acordo com uma regra (nós agimos “de acordo com uma regra” (BT378)). O que relaciona o primeiro passo (a expectativa ou 25×25) com o segundo passo (o

preenchimento da expectativa ou 625) é uma regra dentro do sistema da “gramática”. Se alguém espera Pedro, é Pedro e não João ou Paulo que esse alguém espera, do mesmo modo que o resultado do cálculo será um entre vários números dentro do sistema numérico. Em ambos os casos, há um resultado que é correto e outros que são incorretos (se João chegar ao invés de Pedro, a expectativa, certamente, não é preenchida). As regras implícitas na expressão da expectativa, então, reduzem o número de fatos possíveis que irão preenchê-la e determinam o que esperar. Do mesmo modo, as regras da multiplicação determinarão um entre muitos outros possíveis resultados.

A autonomia do cálculo no BT visa também barrar a idéia de que pensar, querer dizer, pretender etc. são processos ocultos em um meio misterioso, a mente, concebido como um mecanismo que injeta sentido na linguagem: “pensar não deve ser comparado com a atividade de um mecanismo que vemos de fora, mas cujos processos internos ainda temos de penetrar” (BT 221). “O pensamento”, como já vimos, “é essencialmente o que é expresso por uma sentença (*Satz*)” (BT 222). Então, *entender* um pensamento é entender uma sentença (BT 1). Se alguém entende uma sentença, ele pode *explicar* o seu sentido: “‘Compreensão’ – por meio disto eu quero dizer um correlato de uma explicação do sentido” (BT 11). Qualquer *interpretação* do sinal ainda se correlaciona uma explicação dentro do cálculo. Explica-se o *sentido* de uma sentença ou se a *interpreta* expondo as *regras* da gramática nela utilizadas (BT 29). É assim que o que se *quer dizer* e o que é *intencionado* são também explicados (BT 374 e BT 272-92). O que se quer dizer é dado em uma explicação do sentido. Essa explicação deve conter uma regra. A explicação não nos ajuda a encontrar o sentido (BT 34); ela nos dá o próprio sentido (que é a regra que posiciona a palavra dentro da “gramática”).

Então, pensar, querer dizer, pretender e entender são todas operações correlacionadas dentro de um cálculo, são todas elas atividades que podem ser dadas na forma de uma explicação. Perguntar o que está por detrás ou além dessas atividades pode apenas ser uma questão acerca de suas posições dentro do cálculo (no sistema):

Se alguém pergunta pela razão por detrás de um ato individual de pensamento (ato de calcular), a resposta que se recebe é uma análise de um sistema ao qual o ato pertence. [BT 231].

Se alguém quer dizer algo, esse alguém quer dizer algo em oposição a outras possibilidades dentro do sistema da linguagem (ver BT 290, 280). Se alguém pede a outra pessoa para trazer uma flor *amarela*, então pede uma flor em oposição, por exemplo, a uma xícara de chá e uma flor amarela em oposição a uma vermelha. Assim, o que alguém pretende ou quer dizer é determinado dentro de um sistema de possibilidades. Se o que se quer dizer necessita ser ainda mais especificado, então uma explicação (uma sentença) dentro do sistema é apresentada.

A pressuposição de que alguém saiba mais sobre suas intenções que o que é apresentado em palavras é, então, enganosa. Filósofos, no entanto, na visão de Wittgenstein no BT, tentam ir “mais fundo”, por assim dizer, e levantam questões acerca do sentido que, aparentemente, vão além do sistema ou cálculo que primeiramente dá a estrutura necessária para uma questão ser levantada. Questões que parecem ir além do sistema são do seguinte tipo: “como você pode saber o que ele quis dizer se você apenas teve acesso aos sinais proferidos?” ou “como podemos ter certeza que queremos dizer o mesmo por ‘amarelo’”? É bastante útil comparar tais contra-sensos com o que Wittgenstein diz sobre algumas combinações algébricas:

O que torna o cálculo possível é o sistema ao qual pertence; e isso também determina os erros *que podem ser feitos no cálculo*. Por exemplo, $(a + b)\zeta$ é $a\zeta + 2ab + b\zeta$, e não $a\zeta + ab + b\zeta$; mas $(a + b)\zeta = -4$ não é um erro de cálculo possível nesse sistema. [BT 622].

Para Wittgenstein no BT (mas também no *Tractatus*)²⁵, os filósofos deixam o sistema de regras sem se darem conta quando decidem investigar a natureza das entidades mentais. “ $(a + b)\zeta = -4$ ” parece com “ $a\zeta + 2ab + b\zeta$ ”, entretanto, nenhum sentido foi dado ao primeiro. Ou seja, não há regras (ou sistema) atrás da “equação” anterior. De modo semelhante, a questão “como você pode saber o que ele quis dizer se você apenas teve acesso aos sinais proferidos?” assemelha-se a “como você pode saber se ele está em casa se a porta está fechada?”. Esta última questão pode ser respondida com uma dentre muitas respostas possíveis dentro do sistema (por exemplo, “eu escutei um barulho”, “ele me ligou e disse que estaria em casa” etc.). Entretanto, não há resposta no nosso sistema que possa ser uma resposta à questão do primeiro tipo (a menos

que tornemos trivial a pergunta e a resposta: “eu sei o que ele quis dizer pois os sinais proferidos expressaram o que ele quis dizer”).

Questões filosóficas acerca do sentido, intenção etc. parecem assumir que deve haver algo mais escondido no “mental”. Sentenças faladas ou escritas são tomadas como a superfície, como se as palavras pudessem apenas insinuar o sentido e não pudessem expressá-lo. Mas *o que* está lá no mental que não está no sistema de cálculo da linguagem? Com o objetivo de nos impedir de sair do sistema de regras e para evitar uma pseudo-investigação das entidades mentais, Wittgenstein levanta dois pontos no BT. Se entidades mentais são articuladas, elas correspondem à sentença:

Compreensão é correlato de explicação; e na medida em que não o for, será inarticulado e dessa forma não é de nosso interesse; ou é articulado e é correlato da própria sentença, cujo entendimento queríamos *descrever*. [BT 11].

O entendimento articulado é expresso em uma explicação, que é ela mesma articulada (é uma sentença). Se as entidades mentais não são articuladas, elas são inúteis porque são supérfluas em qualquer explicação do que se quis dizer:

Todas as minhas reflexões sempre visam mostrar que não tem *utilidade* alguma *conceber* o pensamento como alucinação. Em outras palavras, isto é *supérfluo*, e deixa o problema inalterado. Pois nem mesmo a alucinação, *nenhuma* imagem, pode franquear o vão entre a imagem e a realidade, e nenhuma imagem é melhor que outra para isso. [BT 292].

Assim, “um processo psicológico não pode realizar algo mais que os sinais no papel” (BT 283). Por que não? Porque processos psicológicos e entidades mentais só podem franquear o vão entre linguagem, pensamento e realidade na mesma medida em que as palavras o podem. Suponhamos que alguém queira encontrar, procure por, etc., um objeto X e tenha imagens em sua mente quando ele procura ou encontra X. (Wittgenstein, sem dúvida, não precisa negar que tenhamos figuras, imagens ou “alucinações”, como ele também as chama, quando fazemos tais coisas). O ponto relevante é o papel da imagem (a entidade mental) nessa tarefa. Em primeiro lugar, uma imagem não é uma condição necessária para alguém estar procurando X. Ainda que às vezes aconteça que alguém

tenha uma imagem de X enquanto procura X, pode-se bem (algo que, de fato, ocorre na maioria das vezes) fazer isso sem imagem alguma. Em segundo lugar, a imagem não pode justificar alguém que escolhe ou não consegue escolher o X em questão. Suponhamos que você mande um rapaz chamado “João” pegar uma flor amarela e você diz “por favor, João, traga-me uma flor amarela”. Seria absurdo se João retornasse com uma flor vermelha (ou uma xícara amarela) e dissesse que o objeto que ele trouxe a você corresponde exatamente à imagem mental que ele utilizou como guia. Você certamente diria a João, de modo mais ou menos educado, que ele deveria trazer-lhe uma flor amarela e não algo que se assemelha às suas imagens mentais. As entidades mentais são, então, completamente irrelevantes na justificação do que se quer dizer ou o que se pretende (BT 372). Em terceiro lugar, as imagens mentais por si mesmas não podem fazer o trabalho que se supõem que façam. Se elas tivessem algum uso, elas determinariam o significado das palavras. Mas como poderiam elas fazer isso? Pode-se pensar que o sinal proposicional é ambíguo e que pode ser interpretado de vários modos. Pode-se também supor que as entidades mentais, as imagens, determinem ou fixem os significados dos sinais. Entretanto, por que deveriam as imagens ser mais bem sucedidas que as palavras e suas regras (ou mesmo mais bem sucedidas que as imagens físicas)? Do mesmo modo que se pode entender de forma equivocada uma palavra, uma imagem pode ser mal entendida; uma imagem pode ser tão ambígua quanto uma palavra. Uma imagem por si só não nos diz do que ou de quem ela é uma imagem. O apelo às similaridades entre a imagem e o objeto também não farão o trabalho. Assim como qualquer outra coisa que se poderia usar para o reconhecimento do preenchimento da expectativa, comando etc., uma imagem mental como guia pressupõe que eu entenda o que fazer com ela:

Ao procurar uma flor amarela, é obviamente de modo algum inconcebível que alguém use uma imagem mental, assim como outro poderia usar uma tabuinha pintada, ou uma terceira pessoa poderia – de algum modo – usar a imagem de uma reação que será provocada por aquilo que ele está procurando (um sino).

Mas independentemente do que ele use em sua procura (qualquer que seja o paradigma), nada o força a reconhecer (*anerkennen*) o que ao final efetivamente reconhece como a coisa que ele estava procurando, e a

justificação que ele então dá para o resultado, quer seja em palavras ou outros sinais, mais uma vez, apenas justifica aquela coisa por referência a uma descrição diferente na mesma linguagem. [BT 371-2].

Então a “linguagem diferente” de imagens mentais apenas posterga o problema do reconhecimento – se é que realmente é um problema –, pois nada força alguém a tomar o objeto como aquilo que é representado na imagem. E, novamente, a justificação que se dá é simplesmente uma explicação dentro de um sistema; é uma explicação que exclui outras possibilidades dadas no sistema. Assim, a imagem mental não pode fazer o trabalho que se supõe que ela faça. Somos tentados a supor imagens governadas por regras, i.é., imagens que nos dão as regras de uso de palavras. Mas, nesse caso, podemos manter as regras e jogar fora as imagens.

A concepção de cálculo cumpre, então, uma dupla estratégia no BT: é destinada a evitar a psicologização da “gramática” e correlaciona os vários conceitos psicológicos dentro de um sistema. Se tornarmos clara a “gramática” de “entender”, elucidamos também a “gramática” de “intenção” e “querer dizer algo”. Ao fazer isso, podemos excluir algumas questões como contra-sensos, vale dizer, as questões que não respeitam o sistema de regras fixas da “gramática”.

Argumentei que o BT está longe de ser o que chamaríamos de “um livro”. As observações reunidas no BT são, entretanto, muito importantes e interessantes (em dois sentidos: na avaliação do desenvolvimento de Wittgenstein e como uma concepção filosófica). Elas indicam um sistema filosófico fechado e mostram Wittgenstein defendendo uma visão substancial de “gramática”: “gramática” é o grupo de regras fixas da linguagem (cálculo) que determina o que pode ser dito. É dentro do cálculo que realidade e linguagem se conectam e é apenas dentro dele que os conceitos psicológicos (intenção, entendimento e sentido – querer dizer algo) encontram relevância filosófica.

O conceito de cálculo do BT pode ser visto como uma reformulação (uma nova versão) do cálculo do *Tractatus*, pois a tarefa de estabelecer os limites do sentido por meio da estrutura da linguagem ainda é dominante. Isto mostra que Wittgenstein não tinha se livrado completamente da antiga filosofia no tempo do BT. Ele ainda estava preso à idéia de que,

“se alguém pronuncia uma sentença e a *quer dizer* ou *entende*, ele está operando um cálculo de acordo com regras exatas” (IF §81). Se Wittgenstein critica também o conceito de cálculo do BT no §81 das IF, assim como parecer ser o caso nessa passagem, não se pode pensar que ambos os trabalhos expressem a mesma concepção de “gramática”. Como e por que a filosofia de Wittgenstein desenvolve-se depois do BT são questões que permanecerão sem resposta neste artigo²⁶.

¹ Uso as aspas para indicar que o uso de Wittgenstein da palavra “gramática” está sob exame e que pode querer dizer diferentes coisas no desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein. No BT, a palavra certamente não tem o seu sentido usual. Wittgenstein pode estar, então, violando a “gramática” da palavra “gramática” no BT (sobre esse tópico ver MOORE 1966 e 2007).

² Neste artigo, não discuto um traço muito importante do BT, vale dizer, a aplicação do que chamo de “método genético” (Esse método foi desenvolvido por Wittgenstein, por volta de 1931, e possui as seguintes características: 1) muitos problemas filosóficos são tomados como o produto de falsas analogias ou “imagens” e seqüências de idéias enganosas; 2) a tarefa de Wittgenstein é indicar essas falsas analogias ou imagens e expressar claramente essas seqüências de pensamento (“retratando a fisionomia dos erros”); 3) essa tarefa é bem sucedida apenas se ele puder fazer o leitor reconhecer seus próprios pensamentos e inclinações, expressos nas suas indicações de analogias e descrições das seqüências de pensamentos (metáfora do espelho); 4) uma vez que Wittgenstein investiga apenas a gênese do embaraço filosófico, isso tem a característica de uma investigação pré-filosófica e, desse modo, não oferece ou discute doutrinas que sejam completamente desenvolvidas). Explico como esse método foi inventado em *Russell’s Analysis of Mind and Wittgenstein’s New Method* (artigo ainda não publicado). O método não é totalmente aplicado no BT e suas aplicações assentam na concepção substancial de “gramática”.

³ Quando faço referência ao BT, é à primeira versão que me refiro, ou seja, ao TS 213 sem todas as mudanças feitas por Wittgenstein em sua cópia. Também torno explícito quando a observação que cito não é parte da cópia limpa, por exemplo, uma observação do verso (para isso uso simplesmente um “v” depois de indicar a página). Também indico nas citações quando uso uma observação que foi alterada com adições escritas à mão.

⁴ Schulte (2002) e Kienzler (2006) também argumentaram que o BT não é um livro acabado. Quando li pela primeira vez KIENZLER 2006, fiquei contente em ver que sua avaliação da composição do BT era muito próxima da minha. Ele é a fonte de muitas observações desta seção. Discordamos, entretanto, nas questões acerca da posição do BT no desenvolvimento de Wittgenstein. Kienzler pensa que o BT já é uma expressão clara da filosofia tardia de Wittgenstein (ver KIENZLER 1997 e 2001), enquanto eu penso que isto não é o caso (ver bibliografia). Espero que os argumentos para a aproximação entre o BT e o *Tractatus* e algumas sugestões ao final deste artigo possam ao menos indicar porque penso que Kienzler está errado.

⁵ Nessa perspectiva, o estilo de Wittgenstein nas IF é produto de sua confissão da incapacidade de escrever um livro convencional (ver HILMY, 1986 para tal perspectiva – especialmente o capítulo 1). Penso que esta perspectiva seja incorreta. O estilo dos escritos de Wittgenstein, creio eu, é estrategicamente muito importante para a expressão de sua filosofia e também é parte de sua filosofia.

⁶ Sobre a história da colaboração entre Wittgenstein e Waismann, ver o prefácio de Baker para *The voices of Wittgenstein*.

⁷ O primeiro projeto com Waismann aconteceu por volta de 1930 e 1931 (Wittgenstein explicitamente abandonou o projeto em um encontro com o Círculo de Viena, em dezembro de 1931 – ver WITTGENSTEIN 1993, p. 182). O que restou desse projeto pode ser encontrado em WITTGENSTEIN 1993, pp.233-61.

⁸ É também bastante razoável pensar que Wittgenstein tinha dois projetos em mente, entre 1932 e 1934: o livro com Waismann e o seu próprio livro futuro. O segundo projeto de Wittgenstein com Waismann foi abandonado por volta de agosto de 1934. O que restou desse projeto pode ser visto no *The Principles of Linguistic Philosophy* de Waismann. Entretanto, é bastante difícil separar a visão de Wittgenstein da de Waismann, visto que o autor revisou o livro e incorporou suas próprias visões em muitas de suas partes.

⁹ Essas palavras também faltam no TS 212 (o datiloscrito no qual todas as observações do BT aparecem como cortes ordenados) e no TS 211.

¹⁰ A edição de Nedo corrige esses erros e, ao final, dá a impressão de que eles não existem. A nova edição crítica editada e traduzida por Luckardt e Aue evita essa aparência, pois indica todos os erros e mudanças de planos nas notas de rodapé.

¹¹ Ver KIENZLER 2006. Kienzler não indica a seqüência de observações nos manuscritos, mas não é difícil encontrá-las. A seção “*Ter dor*”, por exemplo, é composta das seguintes passagens: MS 107 pp. 200, 201, 216, 271, 272, 274, 285, 286, 287, 288; MS 110 pp. 7, 8 e 31; MS 112, p. 87; MS 114, pp. 14r, 14v, 16r, 16v, 23r, 23v.

¹² Esse ponto é discutido em KIENZLER 2006.

¹³ Porém, as divisões e subdivisões sugerem aspectos interessantes dos objetivos gerais de Wittgenstein no BT. Elas sugerem que Wittgenstein tinha em mente um livro futuro sobre “gramática”, no qual sua concepção substancial de “gramática” e seu novo método seriam claramente explicitados. Acerca do seu método, além de sua explanação em uma divisão chamada “Filosofia”, pode-se vê-lo orientando várias das principais divisões. Divisões como “Entendimento”, “Sentido”, “Pensamento”, “Intenção e Afiguração” são diretamente relacionadas com suas divergências com Russell e o desenvolvimento de um novo método em 1931. Entretanto, nessas mesmas divisões pode-se ver a concepção de linguagem como cálculo em operação (retornarei às operações do cálculo na seção 2.2). Outras divisões dão a idéia de que a gramática de Wittgenstein foi planejada para ser “o livro contábil [*Geschäftsbuch*] completo da linguagem” (MS 109; BT 526), no qual os grandes tópicos da “gramática” são representados: “Proposição”, “Inferência lógica”, “Generalidade”, “Fenomenologia”, “Prova Matemática”, etc. Nessas divisões, pode-se facilmente ter a impressão que Wittgenstein está oferecendo uma explicação convencionalista da natureza da necessidade em geral.

¹⁴ A concepção substancial de “gramática” ganha sua primeira forma no final de 1929, quando Wittgenstein abandona o projeto de uma linguagem fenomenológica. O que caracteriza essa primeira forma é uma concepção abrangente de “gramática”. Ela inclui lógica, matemática e fenomenologia. A concepção abrangente de “gramática” é unificada pelo princípio da verificação (ele aplica-se à matemática e proposições empíricas), a idéia de sistemas completos e independentes (por exemplo, o sistema dos números naturais e o sistema das proposições sobre cor) e a idéia de estabelecer os limites do sentido (esta é a concepção de “gramática” defendida nas *Observações Filosóficas*). A concepção abrangente de “gramática” é parte da concepção substancial também no BT. Entretanto, o que é interessante na formulação da concepção substancial de “gramática” no BT é a incorporação da concepção de cálculo. É esse novo aspecto da concepção substancial que pretendo explicar na segunda parte deste artigo.

¹⁵ Moore, em suas notas das aulas de Wittgenstein entre 1930-3, diz que este insistia que “toda palavra com significado ou símbolo deve essencialmente pertencer a um “sistema”, e (metaforicamente)... que o significado de uma palavra é o seu “lugar” em um “sistema gramatical”” (MOORE 1966, p.252).

¹⁶ Em várias passagens o mesmo ponto de vista é expresso (ver, por exemplo, BT 65, 81, 100, 112, 143).

¹⁷ Ver p. 66: “a filosofia descreve o que faz sentido dizer e o que não tem sentido dizer” (período de 1931-32). Ver também p. 48, 49 e 87.

¹⁸ Traduza Satz como sentença e não como proposição, pois Wittgenstein no BT constantemente escreve sobre vários tipos de sentenças (comandos, perguntas, sentenças que expressam expectativa, etc.). Proposições já não são o único interesse de Wittgenstein.

¹⁹ Ver *Tractatus*, prefácio: “o livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos... O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso”. É um traço comum tanto dos leitores “resolutos” quanto dos “irresolutos” não tomar seriamente a idéia de limites do pensamento. O “irresoluto” Hacker, por exemplo, atribui a idéia de contra-senso profundo ao *Tractatus* (ver HACKER 1997 e 1999). A “resoluta” Diamond, por outro lado, que acusa Hacker de “amarelar [*chickening out*]” por não tomar o prefácio e o final do livro de modo suficientemente sério (DIAMOND 1996), tentou tomar a própria idéia de limite do sentido como um degrau da escada que deve ser jogada fora (ver DIAMOND 2004 e 2006). Creio, por essas razões, que ambas as leituras do *Tractatus* entendem mal os objetivos de Wittgenstein lá: os leitores irresolutos tendem a esquecer que “o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso” e os leitores “resolutos” tendem a não tomar seriamente a idéia de limites do sentido expressa no prefácio (na “armação do livro”, como diz Diamond).

²⁰ Isso é um pouco estranho. A regra “1m = o comprimento do metro padrão em Paris” ser ligada a “Wagner viveu em Dresden” parece algo absurdo. É difícil imaginar uma situação na qual tal conexão seria apropriada.

²¹ O modo russelliano de análise do *Tractatus* e sua variante fenomenológica de 1929 são abandonados no mesmo ano. É isto que a afirmação inicial das *Observações Filosóficas* indica: “uma proposição é completamente analisada se sua gramática é tornada completamente clara: não importa em qual idioma esteja escrita ou seja expressa”.

²² Cada regra particular é, então, arbitrária, pois não há mais regra que seja parte de uma estrutura a priori da linguagem e porque regras relacionadas com a “conexão entre linguagem e realidade” são regras que, como qualquer outra regra, apenas estendem a linguagem. Entretanto, a “arbitrariedade” da “gramática” no BT é também defendida de um modo mais forte. Wittgenstein no BT assume que a “gramática” *como um todo*, como o sistema completo de regras, deve ser também arbitrária (ver BT 233–240). Em oposição a Wittgenstein, pode-se pensar que cada regra particular seja arbitrária, mas que o sistema como um todo não seja (esta pode ser a posição de Quine). No BT, Wittgenstein pensa que a totalidade da “gramática” é arbitrária, pois, ele pensa que não há justificção para o uso de um sistema particular de “gramática”. Não há justificção para a “gramática”, pois, de acordo com o BT, não há um conjunto de proposições verdadeiras do qual se segue uma gramática particular e porque qualquer justificção deve ter lugar dentro de um sistema gramatical. A consequência dessa visão é que razões para a escolha de “gramáticas” só podem ser de natureza pragmática. É interessante notar que, para dizer o mínimo, o que Wittgenstein asevera é muito similar a distinções fundamentais na estrutura da argumentação em *Logische Syntax der Sprache*, de Carnap. A similaridade que tenho em mente não se restringe à distinção entre questões de fato e questões de verdade e várias comparações das regras da sintaxe com regras de um cálculo ou de um jogo. O ponto de semelhança, creio eu, é mais profundo: se apenas questões pragmáticas são relevantes à escolha de uma “gramática”, porque não há questões de fato acerca de tal escolha, a “tolerância” de Carnap na escolha de “gramáticas” deve ser aceita. Se nenhuma “gramática” precisa ser aceita como verdadeira, temos de tolerar “gramáticas” diferentes e escolher aquela com os melhores resultados práticos.

²³ Ver BT 662: “o que torna o cálculo possível é o sistema ao qual a proposição pertence; e isso também determina os erros *que podem ser feitos no cálculo*”. Ver também BT 636–7: “... a proposição (*Satz*) deve pertencer a um sistema de proposições, e a prova, a um sistema de provas”.

²⁴ O segundo ponto tem um sabor behaviorista. Wittgenstein claramente expressa isso: “o aspecto behaviorista de nossa discussão consiste apenas em não distinguirmos entre “fora” e “dentro”. Pois psicologia não é assunto meu” (BT 284). O ponto de Wittgenstein não é que não possamos distingui-los. Nós podemos; entretanto, essa distinção não permite o que os filósofos querem fazer com isso: tomar os processos psicológicos como símbolos melhores que os sinais no papel (ver BT 283). Explico esse ponto nas próximas páginas. Wittgenstein também não quer reduzir os conceitos psicológicos ao mero comportamento (ver, por exemplo, sua observação sobre esperar algo no BT 373; essa observação é citada abaixo).

²⁵ Não se deve esquecer que no *Tractatus* “*der gedanke ist der sinnvolle Satz*” (4).

²⁶ Discuto esses temas em *Wittgenstein's “Most Consequential Ideas”* (artigo inédito) e *Wittgenstein on Grammar and Method (From 1929 to the Philosophical Investigations)*.

Referências bibliográficas

BAKER, G. 2003. *The Voices of Wittgenstein (The Vienna Circle)*. Ludwig Wittgenstein and Friedrich Waismann. Original German Texts and English

translations. Transcribed, edited and with an introduction by Gordon Baker. Londres: Routledge.

BAKER, G. and Hacker, P.M.S. 1986. Critical Notice: Philosophical Grammar. In: *Ludwig Wittgenstein: Critical Assessments* Vol. I, Shanker, S.G. (ed.). Beckenham: Croom Helm.

CARNAP, R. 1959. *The Logical Syntax of Language*. Smeaton, A. (tr.). Paterson, New Jersey: Littlefield, Adams & Co.

DIAMOND, C. 1996. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. Cambridge, Massachussets: The MIT Press.

_____, 2004. Criss-cross Philosophy. In: *Wittgenstein at Work. Method in the "Philosophical Investigations"*. Ammereller, E. and Fischer, E. (eds.). Londres: Routledge; 201-220.

_____, 2006. Peter Winch on the Tractatus and the Unity of Wittgenstein's Philosophy. In: *Wittgenstein: The Philosopher and His Work*. Publications of the Austrian Ludwig Wittgenstein Society, Volume 2. Pichler, A. and Saatela, S. (eds.). Ontos Verlag; 141-171.

ENGELMANN, M. L. 2008. *Wittgenstein on Grammar and Method (From 1929 to the Philosophical Investigations)*. PhD dissertation, University of Illinois at Chicago.

_____, Wittgenstein's Most Consequential Ideas. Inédito.

_____, Russell's Analysis of Mind and Wittgenstein's New Method. Inédito.

HACKER, P. M. S. 1997. *Insight and Illusion*, 2ª ed. Bristol: Thoemes Press.

_____, 1999. Naming, Thinking and Meaning in the *Tractatus*. In: *Philosophical Investigations*, vol. 22,2; 119-135.

HILMY, S. S. 1987. *The Later Wittgenstein (The Emergence of a New Philosophical Method)*. Oxford: Basil Blackwell.

KIENZLER, W. 1997. *Wittgensteins Wende zu seiner Spaetphilosophie 1930-1932*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

_____, 2001. About the Dividing Line Between early and Late Wittgenstein. In: *From the Tractatus to the Tractatus and Other Essays*, Oliveri, G. (ed.). Frankfurt: Peter Lang.

_____, 2006. Die Stellung des *Big Typescripts* in Wittgensteins Werkentwicklung. In: *Wittgensteins, grosse Maschinenschrift' (Untersuchungen zum philosophischen Ort des Big Typescripts (TS 213) im Werk Ludwig Wittgensteins)*, Majetschack, S. (ed.). Frankfurt: Peter Lang; 11-30.

MOORE, G. E. 1966. Wittgenstein's Lectures 30-33. In: *Philosophical Papers*. New York: Collier Books; 252-325.

_____, 2007. Wittgenstein's Expression 'rule of grammar' or 'grammatical rule'. In: *Wittgenstein Jahrbuch 2003/2006*. Majetschak, S. (ed.). Frankfurt: Peter Lang; 201-7.

SCHULTE, J. 2002. Wittgenstein's "Method". In: *Wittgenstein and the Future of Philosophy. A Reassessment After 50 Years*. Haller, R. and Puhl, K. (eds.); 399-410. Kirchberg am Wechsel: Austrian Ludwig Wittgenstein Society.

VON WRIGHT, G. H. 1980. *Wittgenstein*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

WITTGENSTEIN, L. 1960. *The Blue and the Brown Books*. New York: Harper Torchbooks.

_____, 1989a. *Philosophische Grammatik*. Werkausgabe Band 4. Frankfurt: Suhrkamp.

_____, 1989b. *Wittgenstein's Lectures Cambridge, 1930-32*. From the notes of John King and Desmond Lee (ed.). Chicago: University of Chicago Press.

_____, 1989c. *Philosophische Bemerkungen*. Werkausgabe Band 2. Frankfurt: Suhrkamp.

_____, 1993. *Wittgenstein und der Wiener Kreis*. Werkausgabe Band 3. Frankfurt: Suhrkamp.

_____, 2000a. *Wittgenstein's Nachlass. The Bergen Electronic Edition*. Oxford: O.U.P.

_____, 2000b. *The Big Typescript*. Nedo, M. (ed.). Frankfurt: Zweitausendeins.

_____, 2001. *Philosophical Investigations*. German-English edition. Anscombe, A. (tr.). Oxford: Blackwell.

_____, 2004. *Tractatus Logico-philosophicus*. McGuinness B.F. and Pears, D. (trs.); Londres: Routledge.

_____, 2005 *The Big Typescript: TS 213*. German-English Scholars' Edition. Luckardt, C.G. and Aue, A.E. (eds. and trs.). Oxford: Blackwell.